

**Ata da 4ª Reunião da Câmara de  
Compensação Ambiental da Secretaria  
de Estado de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável do  
Amazonas (CECA/SDS) para tratar  
sobre a Compensação Ambiental do  
empreendimento Gasoduto “Coari-  
Manaus”.**

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e onze, com início às quinze horas e término às dezesseis e trinta horas, na Sala de Reunião da Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEACA/SDS), foi realizada a Quarta Reunião da Câmara de Compensação Ambiental (CECA/SDS). A reunião teve como pauta: a) apresentação da proposta quanto ao incremento da atividade “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas”, no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) nº 001/2009, assinado em 21/12/2009 (D.O.E. 05/01/2010, p. 5, Publicações Diversas) – Compensação do empreendimento Gasoduto Coari-Manaus - PROCESSO N. 01925/2009 - SDS; b) Exposição da Situação Financeira do TCCA n. 001/2009 – SDS/Petrobrás; c) Apresentação do Parecer Jurídico da SDS/IPAAM sobre a minuta da Recomendação/CECA/N. 001/2011; e d) Deliberação e encaminhamentos. O Prof. José Adailton Alves, Presidente da CECA, realizou o início dos trabalhos e informou sobre os encaminhamentos da reunião anterior. Em seguida, Dra. Kamila Amaral, Assessora Jurídica da SDS, observou que a Condicionante n. 21 da Licença de Operação n. 491/09, de 02/10/2009, expedida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) ao empreendimento, foi expressa a obrigatoriedade do empreendedor firmar o convênio com a SDS para execução do Programa de Mitigação Ambiental, possuindo dentre outras atividades “Ações de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”. Portanto, deve-se utilizar o recurso financeiro previsto nessa ação, em vez de aplicar o valor previsto na Condicionante n. 17, já que o mesmo destina-se por lei para ser aplicado somente em Unidades de Conservação (UC). Em seguida, apresentou o Plano de Trabalho vinculado ao Convênio da Mitigação do empreendimento. Sr. Guillermo Moises, representante do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), reforçou a análise jurídica para arranjo ao incremento da atividade “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas”, no Plano de Trabalho da Mitigação do empreendimento. Sr. Sergio D'Oliveira, representante do IPAAM, informou que o órgão instituiu no dia 29 de março de 2011, um Grupo de Trabalho para a avaliação da gestão dos resíduos sólidos nos municípios do Amazonas, tendo o prazo de 90 dias para apresentar o diagnóstico. Dra. Kamila Amaral ressaltou que poderia ser destinado apenas um percentual para os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos no Plano Trabalho da Compensação Ambiental, conforme justificativa técnica. Dessa forma, a SDS poderia analisar outras fontes de recursos conforme a vinculação com os mesmos, como por

*John*

exemplo, a compensação ambiental, mitigação, entre outras. Prof. José Adailton Alves, destacou que 40 municípios amazonenses são contemplados por Unidades de Conservação Estaduais e Federais, e informou que esse número poderia corresponder à totalidade dos municípios amazonenses caso fossem computadas as Unidades de Conservação Municipais. Dessa forma, a justificativa de apoiar a elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos se constitui em benefícios para essas áreas protegidas, assim como, para a população residente em seu interior. Sr. Guillermo Moises sugeriu a inclusão apenas dos municípios contemplados por Unidades de Conservação Estaduais. Dra. Kamila Amaral questionou qual o nexo entre a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão de Unidades de Conservação, recomendando para que seja reapresentado o Plano de Trabalho do Convênio da Associação Amazonense dos Municípios com a SDS, justificando tecnicamente a utilização do recurso previsto na Condicionante n. 17 da LO n. 491/09 apenas para os municípios contemplados por Unidades de Conservação. Sr. Guillermo Moises, observou que o CEUC é cobrado por metas. Dessa forma, o órgão terá redução de metas, como por exemplo, a ausência de recursos para infraestrutura planejada para o Parque Estadual Sumauma e Área de Proteção Ambiental (APA) Caverna do Maroaga, prevista no Plano de Trabalho. O Setor Financeiro da SDS/CEUC irá averiguar se o valor disponível é suficiente para atender as metas planejadas. Ressaltou que a CECA necessita aguardar a apresentação da Situação Financeira do Termo de Compromisso Ambiental para poder deliberar. Além disso, apresentou a contribuição do CEUC para a RECOMENDAÇÃO/CECA Nº. 001/2011. Como **ENCAMINHAMENTO** da reunião recomendou-se que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município contemple a gestão dos resíduos sólidos nas Unidades de Conservação. Assim como, sugeriu-se, como uma alternativa, para elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios contemplados ou não por Unidades de Conservação, seja a utilização do rendimento da aplicação financeira do recurso da Compensação Ambiental. Sem mais para o momento, eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da presente reunião, informo que a ata é validada por todos que subscrevem a lista em anexo.

  
João Rodrigo Leitão dos Reis  
Secretário da Reunião

**RECOMENDAÇÃO/CECA Nº. 001/2011** (com as contribuições do CEUC aprovadas na reunião).

**INTERRESSADO:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

**ASSUNTO:** Incremento da ação - "Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas", ao

Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009 – SDS/Petrobrás.

A Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), apresenta considerações sobre o incremento da ação - “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas” no Plano de Trabalho “Programa de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação (UC) na Área de Influência do Gasoduto Coari-Manaus” do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, assinado em 21/12/2009 (D.O.E. 05/01/2010, p. 5, Publicações Diversas):

1. A natureza jurídica da Compensação Ambiental (CA) no licenciamento de empreendimentos de grande porte é considerada a fase final do procedimento de licenciamento para obtenção da Licença de Operação (LO). O licenciamento requer como Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), e concomitantemente, *“de acordo com a Lei 9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto Federal nº. 6.848, de 14/05/2009, que regulamenta os procedimentos para cálculo de compensação ambiental, a obrigatoriedade do repasse do percentual mínimo de 0.5% correspondente à compensação ambiental ao Sistema SDS”*. A CA também está prevista nos artigos 53 e 54 da Lei Complementar nº. 53/2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) no Amazonas;

2. De acordo com o artigo 33 do Decreto Federal nº. 4.340/2002, a aplicação dos recursos da CA de que trata o Art. 36 da Lei nº 9.985/2000, nas UC, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I - regularização fundiária e demarcação das terras;
- II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
- IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova UC; e
- V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da UC e área de amortecimento.

3. No âmbito da SDS, conforme o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, foi instituída a Câmara de Compensação Ambiental (CECA), órgão de caráter deliberativo, criada por meio da Portaria/SDS/GS nº 014/2010, de 28 de janeiro de 2010, alterada pela Portaria/SDS/GS nº. 182/2010, de 20/08/2010, vinculada SEACA/SDS, possuindo como finalidade:

- I – Estabelecer prioridades e diretrizes para a aplicação de CA no Estado do Amazonas;
- II - Orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades e prioridades referentes à CA;
- III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à CA;
- IV - Avaliar e auditar a metodologia de cálculo da CA;

V - Orientar e implementar mecanismos de articulação com intervenientes e parceiros externos, visando avaliar e desenvolver, com efetividade, a CA no âmbito do SNUC e do SEUC;

4. A CECA/SDS foi regulamentada por meio da Instrução Normativa (IN) nº. 005, de 28/06/2010 (D.O.E. 05/07/2010), que estabeleceu os procedimentos administrativos e técnicos para sua gestão, adotando os métodos para cálculo de CA estabelecidos no Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009;

5. No cumprimento de suas finalidades, ressalvadas as competências dos demais órgãos que integram o SNUC e SEUC, compete à CECA/SDS, conforme seu Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria/SDS/GS n. 204, de 10/09/2010 (D.O.E. 27/09/2010), desenvolver as seguintes ações:

I - analisar e propor a aplicação dos recursos financeiros e procedimentos administrativos para execução da CA;

II - propor medidas administrativas e normativas, relacionadas à CA, à SDS e/ou ao IPAAM;

III - examinar e decidir sobre expedientes que versem sobre a CA, em geral;

IV – definir a aplicação e a destinação dos recursos provenientes da CA de empreendimentos de significativo impacto ambiental, de acordo com os estudos ambientais;

V – definir as UC a serem contempladas pelos recursos financeiros advindos da CA;

VI - avaliar e emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos financeiros;

VII – emitir anualmente relatório circunstanciado sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundo da CA nas diversas UC do Estado;

VIII – Acompanhar a execução dos convênios referentes às CA.

6. A cobrança da Compensação Ambiental (CA) do empreendimento “Gasoduto Coari-Manaus” foi prevista na Condicionante nº 18 da Licença Prévia (LP) nº 050/04, de 02/04/2004; Condicionante nº 37 da Licença de Instalação (LI) nº 061/04, de 11/08/2004; e Condicionante nº 17 da Licença de Operação (LO) nº 491/09, de 02/10/2009. Foi efetuada por meio do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, firmado entre a SDS - Compromitente, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) - Interveniente, Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) – Compromissária, e Transportadora Urucu Manaus S/A (TUM) – Co-Partícipe repassadora;

7. O Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº. 001/2009, de 21/12/2009, definiu o valor de R\$ 21.603.364,10 (vinte e um milhões, seiscentos e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais, e dez centavos), correspondente a 0.5% do valor total do empreendimento para a implementação e gestão de UC estaduais;

8. O incremento da ação “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas”, considera a Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada por meio do Decreto Federal n. 7.404, de 23/12/2010. De acordo com a legislação, os municípios possuem prazo de até agosto de 2012 para elaboração e aprovação dos Planos de



Gestão Integral de Resíduos Sólidos, para poder ter acesso a recursos destinados ao setor, como por exemplo; ao Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC-2);

9. O modo convencional de dar destino final aos resíduos sólidos, coletados nas áreas urbanas, nos 62 municípios do Amazonas, 92% corresponde a lixão a céu aberto. Esse processo ocorre sem medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública, propiciando a proliferação de vetores de doenças, geração de odores desagradáveis, poluição do solo e de recursos hídricos, presença de catadores e de animais e, se torna um ambiente sem qualquer controle, para onde são enviados todos os resíduos, de forma indistinta e desordenada;

10. As UC criadas pelo Governo do Estado do Amazonas somam, atualmente, 41 unidades com, aproximadamente, 19 milhões de hectares. Destas, 78% estão incluídas na categoria de UC de uso sustentável dos recursos naturais, onde se prioriza o desenvolvimento da população humana residente, embora as UC de proteção integral também abriguem populações tradicionais em seus interiores. Além das UC criadas pelo Estado, tem-se as UC federais e Terras Indígenas que integram as áreas protegidas do Estado, conforme Tabela 1.

Tabela 1. TOTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS NO ESTADO DO AMAZONAS

ÁREA PROTEGIDA	DIMENSÃO (HECTARES)	EM RELAÇÃO AO ESTADO (%)
Unidade de Conservação Federal (UCF)	18.591.553	11,92
Unidade de Conservação Estadual (UCE)	19.007.033	12,19
Terras Indígenas (TI)	43.195.987	27,7
Total (UCF+UCE+TI)	83.584.516	51,81

Fonte: CEUC/SDS

A criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Estado do Amazonas em 2007, através da Lei complementar No. 53, permitiu ampliar não somente a área protegida do Estado, mas também um avanço nas relações entre o Estado, o cidadão e o meio ambiente. Neste contexto, os municípios integram a política de desenvolvimento ambiental do Estado com o desenvolvimento social de suas comunidades rurais, especificamente, aquelas que constituem as UC. As UC do Estado do Amazonas estão inseridas em 40 municípios, envolvendo 1.175.239 habitantes (Tabela 02), que dependem direta ou indiretamente dos produtos e serviços ambientais, assim como das políticas públicas voltadas para a qualidade de vida humana inseridas no plano de gestão de resíduos sólidos.

Tabela 02 - Municípios afetados por Unidades de Conservação no Estado do Amazonas			
N.	Municípios	População (Censo 2010)	Unidades de Conservação (UC)
1	Alvarães	14.080	FLONA de Tefé
2	Anori	16.289	RDS Piagaçu-Purus

*Julian*

3	Apuí	18.059	RDS Bararati
			FLONA do Jatuarana
			PARNA do Juruena
			PAREST Sucunduri
			FLOREST de Aripuanã
			FLOREST de Apuí
			RDS Aripuanã
4	Barcelos	25.715	RESEX do Guariba
			FLONA do Amazonas
			PARNA Jaú
			PAREST da Serra do Aracá
			RDS Amanã
5	Beruri	15.500	RESEX do Rio Unini
			PARNA Nascentes do Lago Jari
			RDS Igapó-Açú
6	Boca do Acre	29.880	RDS Piagaçu-Purus
			FLONA Mapiá-Inauini
7	Borba	34.452	RESEX Arapixi
			RDS do rio Madeira
			PAREST Matupiri
			RDS Igapó-Açú
			RDS do Matupiri
8	Canutama	12.727	RDS Canumã
			FLOREST de Canutama
			RESEX de Canutama
			PARNA Mapinguari
			FLOREST de Tapauá
9	Carauari	25.700	FLONA Balata-Tufari
			RDS Uacari
			FLONA de Tefé
10	Coari	75.909	RESEX do Médio Juruá
			RDS Amanã
			RDS Piagaçu-Purus
11	Codajás	23.119	RESEX Catuá-Ipixuna
12	Eirunepé	30.666	RDS Amanã
13	Fonte Boa	22.659	RESEX do Rio Gregório
			RDS Mamirauá
14	Humaitá	44.116	RESEX Auti-Paraná
			FLONA de Humaitá
15	Ipixuna	22.199	FLONA Balata-Tufari
16	Iranduba	40.735	RESEX do Rio Gregório
			RDS do Rio Negro
			APA Margem Direita do Rio Negro Paduari-Solimões

17	Itapiranga	8.200	RDS Uatumã
18	Japurá	7.289	RDS Mamirauá
			RESEX Auti-Paraná
19	Juruá	10.822	FLONA de Tefé
			RESEX do Baixo Juruá
20	Jutaí	17.964	RDS Cujubim
			RESEX do Rio Jutaí
			ESEC Jutaí-Solimões
21	Lábrea	37.574	FLONA do Iquiri
			PARNA Mapinguari
			RESEX Ituxi
			RESEX do Médio Purus
22	Manacapuru	85.144	RDS do Rio Negro
			APA Margem Direita do Rio Negro Paduari-Solimões
			RDS do Rio Amapá
			RDS Igapó-Açú
			PAREST Matupiri
23	Manicoré	47.011	RDS do Rio Madeira
			RESEX Lago do Capanã-Grande
24	Maraã	17.364	RDS Mamirauá
			RDS Amanã
			PARNA Juruena
			FLOREST de Maués
25	Maués	51.847	FLONA do Pau-Rosa
			PAREST Nhamundá
			APA Nhamundá
26	Nova Olinda do Norte	30.761	FLONA do Pau-Rosa
			APA Margem Esquerda Rio Negro - Aturiá-Apuazinho
			PARNA Jaú
			PAREST do Rio Negro - Setor Norte
			PARNA Anavilhanas
			RDS do Rio Negro
			APA Margem Direita do Rio Negro
27	Novo Airão	14.780	RDS do Juma
			PARNA Campos Amazônicos
			PAREST do Guariba
			FLOREST de Manicoré
			RDS do Rio Madeira
			RESEX do Guariba
28	Novo Aripuanã	21.389	APA Nhamundá
29	Parintins	102.066	FLONA do Purus
30	Pauini	18.153	FLONA Mapiá-Inauini

			RESEX do Médio Purus
32	Presidente Figueiredo	27.121	APA da Margem Esquerda do Rio Negro - Aturiá-Apuazinho
			APA Caverna do Maroaga
33	Rio Preto da Eva	25.758	ARIE PDBFF
			FLOREST do Rio Urubu
34	Santo Antônio do Içá	24.487	ARIE de Javari-Buriti
35	São Gabriel da Cachoeira	37.300	PARNA Pico da Neblina
			FLONA do Amazonas
			REBIO Morro dos Seis Lagos
36	São Sebastião do Uatumã	10.688	RDS do Uatumã
37	Tapauá	19.077	RESEX do Médio Purus
			FLOREST de Canutama
			PARNA Nascentes do Lago Jari
			FLOREST de Tapauá
			FLONA Balata-Tufari
			RDS Piagaçu-Purus
38	Tefé	61.399	FLONA de Tefé
			RESEX Catuá-Ipixuna
39	Tonantins	17.056	RDS Mamirauá
40	Uarini	11.906	RDS Mamirauá
			RESEX do Baixo Juruá
Total População Envolvida		1.175.239	

No contexto do desenvolvimento social das comunidades tradicionais, os Planos de Gestão das UC determinam o desenvolvimento de uma série de programas com objetivos que visam proporcionar às comunidades residentes benefícios socioeconômicos gerados pela Unidade, através da criação de oportunidades de fortalecimento da sua organização social, de projetos de geração de renda e da melhoria da infraestrutura e serviços sociais. No aspecto referente à qualidade de vida das populações locais, as políticas públicas que visam a implantação de ações e infraestrutura de saneamento do lixo produzido nas atividades domésticas são necessárias para o cumprimento dos planos de gestão das UC estaduais. Neste sentido, a ampliação da efetivação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a população residentes das UC atende essa demanda.

Observa-se que a abrangência da dispersão de resíduos sólidos nas comunidades rurais dos municípios contemplados por UC de uso sustentável e de proteção integral, é ampla, uma vez que essas comunidades, não possuem sistema de coleta e destinação final de resíduos adequada, e que o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, assim como, o Plano de Gestão das UC possuem objetivos comuns voltados à proteção, recuperação e ordenamento ambiental, havendo a necessidade de aliar esforços;

O plano de resíduos sólidos contemplará, também, outras tipologias de áreas protegidas como as unidades de conservação municipais e terras indígenas. Faz-se mister lembrar a participação das populações indígenas no

processo, levando-se em conta considerando-se direitos originais referentes à terra e seus costumes, das populações indígenas,

Portanto, no contexto do Plano de Gestão integrada de Resíduos Sólidos, recomenda-se que a SDS integre a Associação Amazonense dos Municípios (AAM) para viabilizar a elaboração de metodologia para monitoramento de resíduos sólidos. Havendo essa cooperação, recomenda-se a participação de representantes do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) através de seus gestores locais, os Chefes das UC. Além destes, faz-se necessário a participação de representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

11. Com esse foco a Governo do Estado do Amazonas tem promovido ações voltadas à integração das agendas ambientais para promoção da conservação da biodiversidade, para a qual o planejamento, monitoramento e operacionalização da política de resíduos sólidos são essenciais. Dessa forma, observando a obrigatoriedade da elaboração dos planos e a carência de orientação técnica e financeira dos municípios, surgiu a proposta de inserir a ação “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas”. A proposta está baseada no inciso III “aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento” do artigo 33 do Decreto Federal nº. 4.340/2002, e na legislação específica que trata da regulamentação da CECA/SDS;

12. A gestão de resíduos sólidos é uma das necessidades básicas inseridas nos programas de gestão de Planos de Gestão de UC, devendo contar com o envolvimento da gestão municipal no estabelecimento de estratégias de educação ambiental sobre gestão de resíduos sólidos e sistema de coleta nas comunidades. Desta forma, a CECA/SDS recomenda o incremento da atividade citado no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009. Devendo o CEUC/SDS, apresentar:

- a) Relatório de Execução físico-financeira do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, até fevereiro de 2011;
- b) Plano de Trabalho ajustado, discriminando as atividades e cronograma físico-financeiro, de acordo com o orçamento.

*gfm*

**o/ Atividade:** 4ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental da SDS

**vo:** a) Apresentação da proposta quanto ao incremento da atividade "Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrado de Resíduos dos municípios do interior do Amazonas", no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) nº 109, assinado em 21/12/2009 (D.O.E. 05/01/2010, p. 5, Publicações Diversas) – Compensação do empreendimento Gasoduto Coari-Isis; b) Exposição da Situação Financeira do TCCA n. 001/2009 – SDS/Petrobrás; c) Apresentação do Parecer Jurídico da SDS/IPAAM a minuta da Recomendação/CECAN. 001/2011; e d) Deliberação e encaminhamentos.

11/05/2011 (Quarta-Feira)

**Local:** Sala de Reunião da SEACA

**Horário:** 15:00 – 17:00

Nome	Instituição	Fone	E-Mail
Prof. Adailton Alves	SEACA	212367205	adailton@seaca.gov.br
Prof. B. Amaral	Assessoria SDS	8816-1693	prof.assailton@seaca.gov.br
Prof. Pinheiro	Dir. Jur. IPAAM	9216-8835	amir@seaca.gov.br
Prof. H. B. G. G. G.	SDS / CEUC	9902-6239	MANUEL.NOVATO@HOTMAIL.COM
Prof. Roberto	SEACA / SDS	8116-2392	GOULHERME.NOVATO@GMAIL.COM
		8202-4170	JRUREIS@GMAIL.COM

*Julius*